



Concessionária Faça Fácil **Cidadão S.A.**

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Acompanhadas do relatório do Auditor Independente



Conteúdo

Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Diretores e Conselheiros da

Concessionária Faça Fácil Cidadão S.A.

Cariacica – ES

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Concessionária Faça Fácil Cidadão S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das políticas contábeis materiais e demais notas explicativas.

Em nossa Opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária Faça Fácil Cidadão S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a continuidade operacional das atividades da Concessionária Faça Fácil Cidadão. Em 19 de dezembro de 2025 foi assinado o 5º Termo aditivo ao Contrato de Concessão Administrativa, com vigência de 11 (onze) meses, encerrando-se em 23 de novembro de 2026. A partir desta data, a Companhia não contará mais com a receita proveniente do poder concedente, o que poderá comprometer sua eficácia operacional e a continuidade das atividades. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Receitas com poder concedente

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, onde a Companhia apresenta concentração de suas receitas com o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos, em montantes e condições específicas definidas no contrato de concessão. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 8 de abril de 2026.



Audcorp Auditoria e Assessoria S/S
CRC 2SP023426/O-0

Jose Augusto Barbosa
CRC1SP120808/O-6

Diego Fernando Monteiro de Sousa
CRC1SP258545/O-3



Concessionaria Faça Fácil Cidadão S.A
Balço Patrimonial para o exercícos findos em
31 de dezembro de 2025 e exercíco 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.314	10.045	Fornecedores	9	672	174
Contas a receber	5	1.527	1.755	Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.050	919
Despesas antecipadas	23	9	12	Obrigações tributárias	11	13.858	12.714
Impostos a recuperar	6	754	1.759				
Outros ativos		45	6				
Total do ativo circulante		17.649	13.577	Total do passivo circulante		15.580	13.807
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Partes relacionadas Longo Prazo	8	6.142	8.398	Impostos diferidos	13	1.089	1.016
Ativo financeiro	7	3.640	3.556	Provisão para manutenção	12	780	726
				Rescisões contratuais e concessões	12.1	2.647	2.647
Total do ativo não circulante		9.782	11.954	Total Passivo não circulante		4.516	4.389
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	15	6.000	6.000
				Reserva legal	16	1.200	2.054
				Prejuízos acumulados	16	-	(719)
				Resultados Acumulados	16	135	-
				Total do patrimônio líquido		7.335	7.335
Total do ativo		27.431	25.531	Total do passivo e patrimônio líquido		27.431	25.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Concessionaria Faça Fácil Cidadão S.A

Demonstrações dos Resultados

31 de dezembro de 2025 e exercício 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	17	19.501	17.788
Custos e Despesas Operacionais	18	(15.645)	(15.865)
Resultado bruto		3.856	1.923
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	18.1	(10)	(5)
Outras receitas (despesas) operacionais	18.2	-	967
Lucro operacional antes do resultado financeiro		3.846	2.885
Resultado financeiro líquido			
Despesas financeiras	19	(2.085)	(4.935)
Receitas financeiras	19	1.851	1.488
Total do resultado financeiro		(234)	(3.447)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.612	(562)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20.a	(1.293)	(91)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20.b	(64)	(66)
Resultado do período		2.255	(719)
Lucro líquido por ação - em R\$	21	0,376	(0,120)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Concessionaria Faça Facil Cidadão S.A

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

31 de dezembro de 2025 e exercício 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado do Exercício	2.255	(719)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do Exercício	<u>2.255</u>	<u>(719)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Concessionária Faça Fácil Cidadão S.A

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2025 e exercício 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		20.000	2.054	-	-	22.054
Redução de Capital Social		(14.000)	-	-	-	(14.000)
Resultado do exercício	21	-	-	-	(719)	(719)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		6.000	2.054	-	(719)	7.335
Resultado do exercício	21	-	-	-	2.255	2.255
Reversão da Reserva Legal		-	(854)	-	854	-
Dividendos Distribuídos		-	-	-	(2.255)	(2.255)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		6.000	1.200	-	135	7.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Concessionária Faça Fácil Cidadão S.A
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
31 de dezembro de 2025 e exercício 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.612	(562)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado pelas atividades operacionais:			
Amortização		1.889	904
Provisões com Despesas de Manutenção		54	-
Provisões para Rescisões Contratuais		-	1.863
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20	(1.293)	91
Tributos Diferidos		(64)	75
		4.198	2.371
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		228	162
Impostos a recuperar		60	(1.221)
Partes Relacionadas		-	14.000
Outros ativos		(35)	71
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		498	(7)
Obrigações sociais e trabalhistas		133	10
Obrigações tributárias		2.508	1.975
Impostos pagos no exercício		(348)	(538)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		7.242	16.823
Atividade de Investimento			
Aquisições de imobilizado		(1.787)	-
Encargos de Ativo Financeiro		(186)	(193)
Aumento (redução) do capital em investimento		-	(14.000)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.269	2.630
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	10.045	7.415
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	15.314	10.045
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.269	2.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Constituição e objeto social

Implantação, gestão, operação e manutenção de duas unidades fixas localizadas nos municípios de Serra, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina no Estado do Espírito Santo.

- (i)** Operação, gestão e manutenção da unidade fixa localizada no Município de Cariacica no Espírito Santo;
- (ii)** Implantação, operação e manutenção de duas unidades móveis, que atuarão na totalidade do território do Estado do Espírito Santo.

Os principais serviços e metas oferecidos pela Faça Fácil são: emissão de carteira de identidade, emissão de atestado de antecedentes criminais, licenciamento de veículos com todos os procedimentos necessários reunidos no mesmo espaço, segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito emitida por qualquer cartório do Estado, abertura de empresas, serviço de atendimento ao consumidor (Procon), solicitação de passe livre e serviços de religação de água e de energia elétrica, emissão da carteira de trabalho, seguro desemprego, encaminhamento à vagas de emprego, pagamento de taxas, entre outros.

A primeira central do Estado (Unidade de Cariacica) estabelece um novo paradigma no serviço público no que diz respeito ao padrão de atendimento ao cidadão, oferecendo serviços públicos com eficiência, qualidade e rapidez. Entre vantagens oferecidas, estão destacadas a facilidade de acesso através da reunião de vários serviços públicos em um mesmo espaço e a rapidez no tempo de conclusão e entrega dos serviços e documentos.

O contrato de concessão estabeleceu o prazo de concessão em doze anos, com possibilidade de prorrogação até o limite de doze anos e, extinta a concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão retornam ao Poder Concedente. Uma vez que o modelo do contrato de concessão é da forma não onerosa, a Companhia não pagará ao Poder Concedente nenhum ônus fixo e/ou variável pela exploração dos serviços mencionados.

1.2. Contraprestação pública

A contraprestação pública é calculada e paga em conformidade com o anexo V do Edital, sendo o valor por atendimento (VPA) a ser apurado no final do mês, com base nos registros no banco de dados, de R\$ 15,50 para cálculo da receita mensal das unidades fixas do Faça Fácil e de R\$ 450 para pagamento da parcela mensal das unidades móveis da Companhia. A partir de dezembro de 2014, o VPA foi reajustado para R\$ 16,92 por atendimento da unidade fixa e R\$ 491 por unidade móvel, conforme previsto no Edital. O valor da contraprestação varia em função do desempenho da Companhia na prestação dos serviços conforme aplicação do IEFC (índice de eficiência consolidado).

Em março de 2015, o Poder Concedente iniciou tratativas para repactuação contratual e alteração do cronograma de entrega das Unidades, conforme descrito na nota explicativa nº 1.4. No ofício emitido em 23 de novembro de 2015, o Poder Concedente manifestou que durante os procedimentos de repactuação contratual, o valor do VPA e da parcela mensal, não serão reajustados, contrariando o que determina a cláusula 12.4 do contrato de concessão.

Em dezembro de 2015, foi enviado um ofício ao Poder Concedente solicitando o reajuste do valor por atendimento (VPA), conforme determinado na cláusula 12.4 do contrato de concessão. O montante por atendimento nas unidades fixas passaria de R\$ 16,92 para R\$ 18,50, já para as unidades móveis, o reajuste seria de \$ 491 para MR\$ 537. Neste mesmo período o Poder Concedente se manifestou explicando que até a finalização da repactuação contratual não serão reajustados os montantes do VPA.

Em agosto de 2016, a Companhia encaminhou nova comunicação ao Poder Concedente (Ofício CFFC 033/2016), solicitando a aplicação do reajuste e o pagamento da diferença devida pendente desde dezembro de 2015. Em resposta, através do Ofício SEGER/GABSEC nº 157/2016 de 02 de setembro de 2016, o Poder Concedente ratificou que o VPA não será reajustado durante os procedimentos de repactuação do contrato.

Em 01 de novembro de 2016, a Companhia fez uma nova solicitação para aplicação de reajuste, pela falta de solução quanto a celebração do aditivo contratual (Ofício CT. FF 047/2016), e em resposta, o Poder Concedente reafirmou que o VPA não seria reajustado até a finalização das tratativas de repactuação, mantendo o valor de R\$ 16,92, conforme OFÍCIO/SEGER/GABSEC nº 197/2016, encaminhado em 04 de novembro de 2016.

Em face de não resolução das tratativas para a assinatura do aditivo contratual, a Companhia em 13 de dezembro de 2016, encaminhou através do Ofício CT. FF 056/2016,

uma nova solicitação com o pedido de aplicação urgente do reajuste do VPA com atualização dos valores. Em resposta, no dia 26 de dezembro de 2016, o Poder Concedente nos encaminhou o OFÍCIO/SEGER/GABSEC nº 224/2016, com o parecer da PGE decidindo que as solicitações da Concessionária deveriam ser afastadas, não aprovando a aplicação do reajuste.

Em decorrência da não manifestação do Poder Concedente sobre a intenção de rescindir o contrato de concessão administrativa nº 19/2013, conforme notificação de 13 de dezembro de 2016 e, em face ao preceito contratual, a Companhia encaminhou através do Ofício CT. FF 031/2017, em 20 de dezembro de 2017, uma nova solicitação com o pedido de aplicação urgente o reajuste do VPA com atualização dos valores. Em resposta, no dia 26 de dezembro de 2017, o Poder Concedente encaminhou o OFÍCIO/SEGER/GABSEC nº 222/2017, mantendo seu entendimento e não aprovando a aplicação do reajuste.

Em 2018, a Concessionária, apresentou ao Poder Concedente um novo pedido de reajuste, através do Ofício CT. FF 022/2018, e o Poder Concedente, manteve a negativa de aplicação do reajuste, enfatizando que durante os procedimentos de revisão de contrato não ocorreria reajustes dos valores, documentando através do OFÍCIO/SEGER/GABSEC nº 296/2018.

Cabe ressaltar que, suspensos os reajustes contratuais, os valores que deveriam ser praticados com os reajustes, em contraposição aos valores efetivamente faturados, com base nos atendimentos executados mensalmente, geraram diferenças nos períodos, das seguintes ordens:

- R\$ 1.812 de dez/15 à nov/16;
- R\$ 3.416 de dez/16 à nov/17;
- R\$ 1.813 de dez/17 à abr/18;
- R\$ 2.570 de mai/18 à nov/18; e
- R\$ 1.115 de dez/18 à mar/19.

Estes valores, significativos das diferenças dos períodos, deverão ainda serem atualizados relativamente às condições contratuais, até sua efetiva liquidação.

Em 18 de setembro de 2018, a Concessionária protocolou junto a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem do Espírito Santo – CBMAEES, requerimento solicitando a instalação de arbitragem para recebimento dos valores não reajustados. Nesta

oportunidade os valores atribuídos na causa, incluindo os encargos de mora contratual foram da ordem de R\$ 8.879 milhões, que acrescidos das diferenças até mar/19, perfazem o valor de R\$ 10.788 milhões.

Em 19 de março de 2019, através de comunicação específica a Câmara de Conciliação, enviou correspondência instituído o processo de arbitragem nº 2018/09. Concluído o processo de nomeação dos árbitros (peritos), e em concordância com o Poder Concedente, foi constituído o Termo de Arbitragem, que prevê os seguintes procedimentos:

- 13/06/2019, Alegações Iniciais da Requerente;
- 12/08/2019, Resposta do Requerido as Alegações Iniciais da Requerente;
- 11/09/2019, Replica da Requerente;
- 11/10/2019, Tréplica do Requerido.

Em 13 de junho de 2019, a Concessionária cumpriu as ações iniciais do Termo de Arbitragem, dando entrada na Câmara de Arbitragem com as alegações iniciais. Em continuidade ao processo na Câmara de Arbitragem, as partes se manifestaram conforme os prazos estipulados, e o processo encontra-se em análise dos árbitros especialista, pois em 09 de dezembro de 2019, o Tribunal Arbitral, encaminhou a Ordem Procedimental no 2, que indicava a necessidade de manifestação das partes, sobre a produção de prova pericial, desta forma, estendendo o prazo para as manifestações, até 31 de janeiro de 2020. Os valores das diferenças de VPA atribuídos na causa, atualizados até janeiro/20, são da ordem de R\$ 15.776 milhões.

Em 20 de dezembro de 2019, a Concessionária, apresentou ao Poder Concedente pedido de reajuste, através do Ofício CT. FF 029/2019, e em 23 de janeiro de 2020, o Poder Concedente encaminhou a resposta através do OFÍCIO/SEGER/GABSEC nº 012/2020, mantendo a negativa de aplicação do reajuste, reafirmando a informação que durante os procedimentos de revisão de contrato não ocorreria reajustes dos valores.

Vale Ressaltar que em 31 de dezembro 2019 a Auditoria Independente responsável pela auditoria das contas contábeis e financeiras da Concessionária, recomendou a contabilização dos valores a receber junto ao Poder Concedente conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5, por entender que tais diferenças são de direitos da Concessionária e estão embasadas e suportadas ao Contrato de Concessão firmado entre as partes. Além disto, recomendou, também, o provisionamento dos impostos diferidos sobre os valores dos ajustes a receber registrados contabilmente pela Concessionária.

Em 08 de junho de 2020, a Câmara de Arbitragem divulgou a sentença arbitral parcial, que por unanimidade de votos julgou procedente os pleitos formulados pela Companhia. Sendo ainda necessário a definição do montante devido, a ser estabelecido com a sentença final.

Em 21 de junho de 2020, o Poder Concedente encaminhou para a Câmara de Arbitragem o pedido de esclarecimento referente a sentença.

Em 05 de agosto de 2020, a Companhia apresentou replica ao pedido de esclarecimentos do Poder Concedente.

Em 04 de setembro de 2020 a Câmara de Arbitragem acatou os pedidos de esclarecimento em uma mínima parte e reafirmou entendimento exposto na sentença arbitral parcial. Concedeu o prazo até o dia 25 de setembro de 2020 para que a Companhia apresente a memória de cálculo para a liquidação dos valores devido pelo Estado, e até o dia 15 de outubro de 2020, para as considerações por parte do Estado sobre a memória de cálculos.

Com base na sentença Arbitral parcial, em 25 de setembro de 2020, a Companhia apresentou a planilha com os cálculos correspondente dos faturamentos até setembro/2020, no valor de R\$ 20.585.103,04 (em reais). Requerendo ainda a atualização do valor até a data do efetivo pagamento.

Conforme previsto em sentença arbitral, o VPA foi atualizado em setembro/2020, com o faturamento em outubro/2020, no valor de R\$ 22,62 e a partir dessa data, seguindo o mesmo valor até a aplicação do reajuste em dezembro/2020, mantendo em definitivo o reajuste anual conforme contrato. Em 15 de outubro de 2020, o Poder Concedente apresentou sua manifestação de considerações sobre a memória de cálculo da Companhia concordando com a memória de cálculo e os valores apresentados.

Em 26 de outubro de 2020, a Câmara de Arbitragem encerrou a instrução relativa à liquidação e, outorgou prazo até 28 de outubro de 2020 para que as Partes se manifestassem sobre a necessidade ou não de apresentação de Alegações Finais, e em 28 de outubro de 2020 ambas manifestaram interesse em apresentação das alegações finais.

Em 03 de novembro de 2020, a Câmara de Arbitragem realizou uma reunião de alinhamento de procedimentos, fixando a data para a apresentação das alegações finais

dia 13 de novembro de 2020, que foram apresentadas.

Em 06 de janeiro de 2021, a Companhia apresentou o ofício Ct. FF 001/2021, com a aplicação do reajuste anual para o exercício 2020/2021, e respectiva memória de cálculo com o valor do VPA de R\$ 23,47.

Após os prazos finais de impugnação, em 12 de janeiro de 2021, a Câmara de Arbitragem divulgou a sentença arbitral final homologando a memória de cálculo apresentada pela Companhia, condenando o Poder Concedente ao pagamento do valor de R\$ 20.585.103,04 (em reais), sendo esse o valor considerado até setembro/2020. Até a data do pagamento, esse valor deverá ser reajustado com juros de mora e correção monetária.

Em 03 de março de 2021, a Companhia apresentou na Câmara de Arbitragem, resposta ao Pedido de Esclarecimentos do Poder Concedente, que em 12 de janeiro de 2021, questionou os custos complementares do processo fixados pela CBMAE-ES; o índice de correção IPCA e o período determinado para a incidência de juros moratórios.

Em 03 de abril de 2021, o Tribunal Arbitral proferiu decisão indeferindo o pedido de esclarecimentos apresentado pelo Poder Concedente, e, por conseguinte, mantendo a Sentença Arbitral Final incólume.

O Tribunal Arbitral esclareceu ainda, que face a celebração do 1º Termo Aditivo, não afastou a incidência da Súmula Vinculante nº 17, do Tema Repetitivo nº 1037, assim, desta forma a Companhia aguardará os prazos recursais de esclarecimentos para então solicitar a expedição de uma certidão de decurso de prazo e de encerramento da arbitragem, bem como, dar início ao pedido de expedição do precatório perante o Poder Judiciário.

Em 29 de junho de 2021, a CBMAE-ES expediu termo de encerramento do Procedimento Arbitral, com isso a Companhia iniciou a elaboração para o pedido de expedição do precatório perante o Poder Judiciário.

Em 25 de agosto de 2021, a Companhia realizou o protocolo do cumprimento de sentença contra o Estado do Espírito Santo, para expedição do precatório.

Em 28 de outubro de 2021, o Estado do Espírito Santo apresentou petição no âmbito do cumprimento de sentença, concordando com a execução da sentença arbitral, a única ressalva feita pelo Estado diz respeito à incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre o valor principal da condenação, o que corresponderia ao desconto do valor de R\$ 348.902,48 (em reais), que foi aceito pela Companhia.

Em 09 de novembro de 2021, o Poder Judiciário proferiu a decisão, determinando a

expedição de ofício requisitório de pagamento por precatório.

Em 10 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou o ofício Ct. FF 032/2021, com a aplicação do reajuste anual para o exercício 2021/2022, e respectiva memória de cálculo com o valor do VPA de R\$ 25,01.

Em 11 de janeiro de 2022, o Poder Judiciário expediu a intimação eletrônica para que a Companhia informasse dados bancários para fins de expedição de precatório e em 12 de janeiro de 2022, a Companhia protocolou petição em cumprimento à intimação eletrônica, informamos ao Poder Judiciário os dados bancários da Concessionária.

Em 16 de fevereiro de 2022 foi emitido pelo Poder Judiciário o ofício requisitório de pagamento por precatório para o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

Em 21 de fevereiro de 2022 o precatório em favor da Concessionária foi formado, tendo sido autuado sob o nº. 00014597220228080000.

Em 06/2022 o precatório consta como nº. 902 na fila de pagamento, com o valor atualizado em R\$ 26.301.532,60 (em reais). O sistema do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) atualiza os valores de forma automática a cada mês.

Em 12 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou o ofício Ct. FF 024/2021, com a aplicação do reajuste anual para o exercício 2022/2023, e respectiva memória de cálculo com o valor do VPA de R\$ 26,20.

Em março/2023 o precatório constava como nº. 318 na fila de pagamento.

Em junho/2023, a Companhia recepcionou o alvará expedido pela Assessoria de Precatórios para transferência do valor pelo Banco Banestes, bem como a memória de cálculos elaborada pelo Tribunal. O valor do alvará era no montante de R\$ 26.485.190,15 (em reais), significativamente menor do que a Companhia havia previsto nos cálculos, que era de R\$ 29.622.703,83 (em reais). Em 06 de junho de 2023, a Companhia identificou o depósito de nº 271 no valor R\$ 26.222.363,78 (em reais).

Em 23 de junho de 2023 a Companhia impetrou petição questionando que o valor depositado foi a menor do que o efetivamente devido, conforme os critérios da Resolução CNJ nº 303/2019. Em 29 de setembro de 2023 houve decisão não reconhecendo os embargos de declaração da parte interessada.

Em 19 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou o ofício Ct. FF 025/2023, com a aplicação do reajuste anual para o exercício 2023/2024, e respectiva memória de cálculo com o valor do VPA de R\$ 27,80.

Em 17 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou o ofício Ct. FF 031/2024, com a aplicação do reajuste anual para o exercício 2024/2025, e respectiva memória de cálculo com o valor do VPA de R\$ 29,51.

1.3. Implantação e operação das unidades

As unidades móveis iniciaram suas operações em maio e junho de 2014 realizando atendimentos nas regiões norte, nordeste e sul do Estado do Espírito Santo. Em agosto de 2014, as Unidades de Cachoeiro de Itapemirim, Serra e Colatina receberam a autorização de execução de serviços preliminares. Em novembro de 2014, os serviços em Cachoeiro de Itapemirim foram paralisados devido à demora na obtenção das devidas autorizações das instâncias municipais para ocupação da área e início dos serviços. Em outubro de 2014 iniciaram-se as obras em Colatina e, em dezembro de 2014, iniciaram-se as obras em Serra. A inauguração das unidades fixas estava inicialmente prevista para o segundo semestre de 2015 e para o primeiro semestre de 2016, respectivamente. Em novembro de 2014, a Companhia recebeu o direito de exploração da unidade fixa já existente, localizada na cidade de Cariacica-ES, e cujas benfeitorias na estrutura já existente estão previstas para 2016.

Em 5 de março de 2015, o Poder Concedente solicitou a paralisação das unidades móveis a partir de 1º de maio de 2015, solicitação que foi atendida pela Companhia. O Poder Concedente também solicitou estudos de equilíbrio econômico-financeiro para o adiamento da entrega da unidade de Colatina para junho de 2016, da unidade de Serra para junho de 2018 e a suspensão da construção e operação da unidade de Cachoeiro do Itapemirim até nova determinação contratual.

Em junho de 2015, a Companhia apresentou ao Poder Concedente propostas de reequilíbrio econômico-financeiro que contemplam as determinações mencionadas, bem como cenários alternativos.

Em função dos estudos de equilíbrio econômico-financeiro para o adiamento da entrega das unidades, a obra de Serra foi paralisada em junho de 2015 e a obra de Colatina é a única que permaneceu em andamento, com previsão de entrada em operação em junho de 2017. Em 23 de novembro de 2015, o Poder Concedente emitiu um ofício, registrado

sob nº 434/2015, contendo a descrição dos principais termos da repactuação contratual que está sendo negociada e que será formalizada através de um aditivo ao contrato de concessão.

Este ofício apresentou um novo cronograma de operação das unidades fixas e móveis, sendo os quais:

- A unidade móvel A retornaria as operações em junho de 2016;
- A unidade fixa de Colatina iniciaria as operações em julho de 2017;
- A unidade móvel B retornaria as operações em janeiro de 2018;
- A unidade fixa de Serra entrará em operações em junho de 2018 e;
- A unidade fixa de Cachoeiro do Itapemirim teve a implantação e consequente operação cancelados.

No referido ofício, o Poder Concedente solicitou a Companhia a apresentação do requerimento de revisão contratual, acompanhado do relatório técnico que demonstrasse o impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Este estudo foi apresentado pela Companhia ao Poder Concedente em 3 de fevereiro de 2016.

Em 04 de agosto de 2016, a Companhia enviou Ofício sob nº 34/2016 solicitando uma nova posição sobre o cronograma para retomada das atividades das unidades móveis, assim como as datas para início das operações para unidades fixas de Colatina e Serra, juntamente com a minuta da repactuação contratual para análise do Poder Concedente.

Em 16 de agosto de 2016, o Poder Concedente emitiu Ofício (SEGER/GABSEC nº 134/2016), solicitando novas informações referente a repactuação contratual. Em resposta, a Concessionária, em 24 de agosto de 2016, através do Ofício CFFC 036/2016, atualizou as informações relativas as unidades fixas e móveis, incluindo as atividades já implementadas e em andamento, além dos custos de investimento e de manutenção de máquinas e equipamentos por unidade.

Em 02 de setembro de 2016, em resposta ao ofício 034/2016 da Companhia, o Poder Concedente enviou o Ofício SEGER/GABSEC nº 156/2016, informando que os estudos estão sendo encaminhados no intuito de se manter a parceria.

Em 13 de dezembro de 2016, o Poder Concedente notificou a Companhia sobre a intenção de rescindir o contrato de concessão administrativa nº 19/2013, frente as condições econômicas-financeiras do Estado do Espírito Santo e solicitou a Companhia a manifestação quanto aos cálculos de indenização para eventual rescisão de contrato.

Em 09 de março de 2017 foi protocolado pela Companhia o estudo solicitado pelo Poder Concedente, incluindo parecer técnico dos consultores jurídicos.

Em 15 de maio de 2017, foi encaminhado pelo Poder Concedente a Resolução nº 10, de 03 de maio de 2017, do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Espírito Santo –CGP–ES, a qual cria o Grupo Técnico de Trabalho para análise da manifestação da Companhia quanto à apuração do valor indenizatório decorrente de encampação contratual, e extingue a Comissão Especial de Acompanhamento do procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro. Ao mesmo tempo que encaminhou a informação, solicitou cópia de diversos documentos, tais como:

- Taxa Interna de Retorno –TIR;
- Fluxo de Caixa Livre do Acionista integral – FCFF (anual);
- VPL do FCFF;
- Cálculo do Valor Terminal da Companhia;
- *Return on Equity* – ROE (anual);
- Custo do capital dos acionistas –Ke;
- Custo do capital de terceiros –Kd;
- Proporção de Ke e Kd em relação ao capital total.

Em 19 de maio de 2017, a Companhia encaminhou o Ofício CT. FF 0015/2017, com as informações solicitadas em formato digital.

Em 25 de fevereiro de 2019, realizou-se uma reunião com o Poder Concedente, face as diretrizes da nova gestão, que se manifestou com a intenção de sanear o Contrato, e solicitou estudos para realização do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com base nas seguintes premissas:

- a) Continuidade da operação da unidade fixa de Cariacica;
- b) Início da operação da unidade fixa de Colatina;
- c) Eliminação das unidades fixas de Cachoeiro de Itapemirim e Serra;
- d) Repactuação do SLA;
- e) Constituição do Fundo Garantidor;
- f) Retomada das unidades móveis que passarão a operar em base fixa sendo localizadas nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Serra.

Em 05 de abril de 2019, a Companhia recepcionou o OFÍCIO/SEGER/GABSEC nº 088/2019, com a intenção manifestada na reunião supracitada.

Em resposta, a Companhia em 16 abril de 2019, encaminhou Ofício CT. FF 008/2019, com

os esclarecimentos à nova gestão, do processo de negociação que houve até então, e a concordância de entrega do estudo com o escopo solicitado na data prevista para 25 de abril de 2019, data na qual em nova reunião, foram apresentados os estudos solicitados.

Como resultado da reunião, uma vez que os estudos apresentados não satisfaziam os interesses da equipe de Governo, este, propôs atuação conjunta através de reunião técnica, realizada em 07 de junho de 2019. Entre os integrantes da comissão governamental e a Companhia, para mitigar os aspectos comuns, visando agilizar o processo de reequilíbrio.

Em nova reunião técnica realizada em 19 de junho de 2019, estabeleceu-se adotar as premissas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, como balizadoras para o processo de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desta forma, houve a necessidade de reelaboração dos estudos, com base no estudo apresentado no processo de licitação com as adaptações relativo as reduções de escopo pretendidas. Estes estudos foram entregues em 29 de julho de 2019.

Em 17 de setembro de 2019, o Poder Concedente, desconsiderando os estudos entregues, através do OFÍCIO/SEGER/GABSEC nº 263/2019, apresentou uma proposta, que consiste em antecipação da reversão ao patrimônio estatal dos bens adquiridos para as unidades do Faça Fácil de Cachoeiro de Itapemirim, Serra e as duas Unidades Móveis; ajustes retroativos dos custos referente a contratação do Verificador Independente, Seguro Garantia, publicação de balanços e Auditoria Contábil; ajuste retroativo do custo de pessoal da coordenação; eliminação da obrigação do reinvestimento na Unidade de Colatina; resolução consensual e amigável do procedimento arbitral 2018/9; manutenção da TIR em 9,92%; indenização global no valor de R\$ 10.1 milhões.

Em 05 de novembro de 2019, após avaliação da proposta apresentada, a Companhia encaminhou o Ofício CT. FF 024/2019, com duas propostas para o reequilíbrio, sendo a primeira com indenização, mantendo o prazo e o VPA contratual, e a segunda com indenização, dilação do prazo contratual para 60 meses, e aumento real de 12,51% no valor do VPA, ou dilação do prazo de 31 meses e aumento real de 19,4% no valor do VPA, ambas propostas mantendo o processo arbitral.

Devido a distância entre as soluções apresentadas, em 21 de novembro de 2019, foi realizado reunião com o grupo técnico do Poder Concedente e o consultar econômico/financeiro da Concessionária, com o objetivo de buscar alternativas para viabilizar a repactuação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme intenção demonstrada entre as partes.

Com base nos resultados das interlocuções internas, as partes acordaram nova data para a atualização do status de aceitação da revisão do reequilíbrio econômico-financeiro contratual.

Em 13 de maio 2020, a Companhia recepcionou o OFÍCIO/SEGER/GABSE nº 072/2020, com solicitação de nova reunião para realinhamento para o saneamento o contrato, com a nova premissa de funcionamento somente da Unidade de Cariacica.

As reuniões foram realizadas de maneira virtual nos dias 15 de maio de 2020 e 21 de maio de 2020. Em 28 de maio de 2020 o Poder Concedente encaminhou o OFÍCIO/SEGER/GABSEC nº 081/2020, com a solicitação de uma nova proposta de reequilíbrio econômico-financeiro, considerando apenas o funcionamento da Unidade de Cariacica.

Em 26 de junho 2020 a Companhia encaminhou o Ofício CT. FF 016/2020, apresentando o cálculo do valor para a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro, em razão das modificações apresentadas pelo Poder Concedente, embasada no parecer dos consultores econômico-financeiro e jurídico, informando o desequilíbrio a favor da Companhia no valor de R\$ 68.945.407,00 (em reais).

Até a data do encerramento das demonstrações financeiras , relativas ao 3º trimestre de 2020, não houve por parte do Poder Concedente qualquer definição quanto a encampação dos serviços ou a repactuação de cronograma e bases para a sua continuidade dos mesmos. Impasse imposto pela falta de decisão do Poder Concedente desde 2015, obriga e faz com que as duas unidades móveis continuem com a operação suspensa, as obras das unidades fixas de Cachoeiro de Itapemirim, Serra e Colatina continuem paralisadas e sem operação. A única unidade em operação é a unidade de Cariacica. Vale ressaltar que, por ser uma PPP Administrativa, não há pagamento de contraprestação para as unidades móveis e fixas sem operação, ampliando a defasagem entre receita estimada para a concessão e receita realizada, reduzindo as possibilidades de a Companhia recuperar o investimento realizado dentro do prazo contratual.

Em 04 de agosto de 2020, o Poder Concedente respondeu a proposta encaminhada pela Companhia e em contraposição ao apresentado, emitiu o OFÍCIO/SEGER/GABSEC nº 118/2020, comunicando que após análise técnica de equipe do Governo, concluiu que o valor máximo a ser pago em caráter indenizatório, para a realização do reequilíbrio econômico-financeiro seria de R\$ 31.652.220, 00 (em reais), relativo aos investimentos apontados até julho/2016.

Em 17 de agosto de 2020, a Companhia se manifestou através do Ct. FF 020/2020, solicitando esclarecimentos a respeito dos critérios adotados para a formulação da proposta, visando permitir uma melhor avaliação da proposta de reequilíbrio, se resguardando o direito de aceitá-la ou não dependendo dos esclarecimentos.

Em 28 de agosto de 2020 o Poder Concedente através do OFÍCIO/SEGER/GABSEC nº 137/2020, se manifestou visando esclarecer o solicitado e sustentou a proposta apresentada em 04 de agosto de 2020, apresentando a forma de pagamento da indenização em dois exercícios, sendo a primeira parcela no exercício corrente e a segunda até março/2021.

Em 18 de setembro de 2020, a Companhia respondeu através do ofício Ct. FF 023/2020, e em suas considerações formula a necessidade de levar a termo o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato pois entende que com o prolongamento dos discursões acaba por prejudicar ainda mais a sua situação. Assim apesar da discordância do valor da proposta, e por suas diversas manifestações demonstrando o real valor do reequilíbrio econômico-financeiro, decidiu por aceitar o valor oferecido, condicionado a premissas adicionais envolvendo o pagamento da primeira parcela em até 30 dias da assinatura do aditivo e a segunda conforme proposta. O Poder Concedente formulará a proposta do aditivo, contemplando os valores de VPA atualizado, bem como estabelecendo prazos para adequação do Contrato, nas cláusulas que devem ser modificadas.

Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu o ofício Ct. FF 034/2020, solicitando ao Poder Concedente um posicionamento oficial em relação a realização do pagamento do valor negociado, e à conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 23 de dezembro de 2020 ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária, motivada pelo encaminhamento através do Conselho de Administração, em que os sócios por unanimidade e sem reservas, deliberaram por aceitar a oferta monetária feita pelo Governo do Estado do Espírito Santo para ser formalizado e assinado o 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão pela diretoria da Companhia.

Em 29 de dezembro de 2020, o Poder Concedente e a Companhia assinaram o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato, estabelecendo a redução do escopo contratual, o reequilíbrio econômico-financeiro e reversão parcial dos bens ao Poder Concedente.

As cláusulas constantes neste Termo refere-se à alteração do objeto do Contrato, considerando apenas a Unidade Fixa de Cariacica; estabelece como valor indenizatório

R\$ 31.652.220, 00 (em reais), que deverá ser pago em 2 (duas) parcelas de valores iguais, sendo a primeira em 11 de janeiro de 2021 e a segunda em 31 de março de 2021, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro, à reversão parcial dos bens relativos as unidades suprimidas do objeto ao Poder Concedente; revisão de cláusulas contratuais previstas no aditivo, e com a conclusão das ações de reversão dos bens e ações previstas em 90 dias; estabelece também, que o valor do VPA, conforme previsto em sentença arbitral, será atualizado em setembro/2020, mantendo em definitivo o reajuste anual conforme contrato.

Em 08 de janeiro de 2021, a Companhia emitiu a Nota de Débito correspondente ao valor da primeira parcela e não foi efetivado o pagamento da primeira parcela constando no Termo Aditivo.

Em 14 de janeiro de 2021, o Poder Concedente emitiu o OFÍCIO/SEGER/GABISEC/Nº 005/2021, informando que para o pagamento da referida parcela seria necessária a emissão de uma Nota Fiscal, por considerarem que se “trata de remuneração antecipada da parte suprimida do objeto”.

Em 21 de janeiro de 2021, a Companhia, emitiu o ofício Ct. FF 004/2021, discordando com a emissão da Nota Fiscal, com os esclarecimentos e parecer da contabilidade, auditoria e jurídico, pois não havendo prestação de serviço, não haveria razão para emissão de Nota Fiscal de Serviço, referendando mais uma vez que o pagamento seja realizado através de Nota de Débito ou Nota de Reembolso.

Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia encaminhou novo ofício Ct. FF 006/2021, indicando o parecer do Procurador do Estado, que concluiu não ser plausível a emissão da Nota Fiscal por se tratar de natureza indenizatória, e com base nesse parecer, a Companhia solicitou o pagamento imediato do valor da parcela através de Nota de Despesa.

Em 22 de fevereiro de 2021, a Companhia, encaminhou o ofício Ct. FF 007/2021, com o envio da Nota Fiscal referente ao pagamento da 1ª parcela da indenização de acordo com o Termo Aditivo, uma vez que não obteve sucesso em decorrência dos ofícios anteriormente encaminhados, e o pagamento efetivado 26 de fevereiro de 2021.

Em 05 de março de 2021, a Companhia realizou a emissão da Nota Fiscal relativa a 2ª parcelado da indenização, encaminhada através do ofício CT. FF 009/2021, e o pagamento foi efetivado em 22 de março de 2021.

Em 08 de abril de 2021, a Companhia emitiu o ofício CT. 012/2021, questionando os demais pontos do termo aditivo, com a sua proposta da revisão dos indicadores, e sugerindo reunião para andamento do cumprimento das obrigações relacionadas ao Fundo Garantidor, por parte do Poder Concedente.

Em 13 de abril de 2021, o Poder Concedente em resposta ao ofício da Companhia, emitiu o OFÍCIO/SEGER/GABISEC/Nº 052/2021, informando que remeteu as questões relativas ao andamento de execução do Termo Aditivo à apreciação da Procuradoria Geral do Estado e até o presente momento não obtivemos resposta definitiva.

Em 04 de maio de 2021, a comissão de reversão antecipada de parte dos bens do Contrato, assinou o relatório vistoria nº 001/2021, validando os bens móveis e imóveis para iniciar o processo de reversão. A partir da emissão desse relatório se inicia o processo de reversão por unidade.

Em 13 de maio de 2021, o Poder Concedente encaminhou por e-mail para a Companhia, com a minuta do termo de reversão da Unidade de Colatina, e no dia 17 de maio de 2021, a Companhia validou o termo, que foi encaminhado pelo Poder Concedente para a análise e avaliação da Procuradora Geral do Estado.

Em 22 de junho de 2021, o Poder Concedente encaminhou a resposta da Procuradoria Geral do Estado, no tocante da questão dos indicadores de desempenho, enfatizando a necessidade de entendimento e consenso entre as partes para a alteração dos indicadores de desempenho e estabelecer os demais itens acordados no Termo Aditivo.

Em 01 de julho de 2021, o Poder Concedente encaminhou por meio eletrônico, o parecer da Procuradoria Geral do Estado, com a aprovação para a assinatura do Termo de Reversão de Colatina e o Termo de Reversão foi assinado em 16 de julho de 2021, com a reversão total da Unidade de Colatina com a entrega das chaves nesta data.

Em 07 de julho de 2021, a Companhia recebeu do Poder Concedente a minuta do Termo de reversão das Unidades Móveis, e em 14 de julho de 2021 a Companhia validou o Termo de Reversão das Unidades Móveis que foi submetido pelo Poder Concedente para a Procuradoria Geral do Estado.

Em 27 de setembro de 2021, foi assinado o Termo de reversão das unidades móveis, com a efetiva reversão dos bens elencados no próprio termo.

Em relação as Unidades de Serra e Cachoeiro de Itapemirim, não houve manifestação do Poder Concedente para finalizar a reversão.

Em 22 de março de 2022, a Companhia recebeu do Poder Concedente a minuta do Termo de reversão das Unidades Fixas de Cachoeiro de Itapemirim e Serra, e em 23 de março de 2022 a Companhia validou o Termo de Reversão das Unidades Fixas de Cachoeiro de Itapemirim e Serra que foi submetido pelo Poder Concedente para a Procuradoria Geral do Estado.

Em 24 de maio de 2022 foi assinado o Termo de reversão das Unidades de Serra e Cachoeiro de Itapemirim, com a efetiva reversão total das estruturas metálicas e bens móveis das Unidades Fixas de Cachoeiro de Itapemirim e Serra, que estão elencados no próprio termo, com a entrega das chaves nesta data.

Em 28 de fevereiro de 2023, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2023, com a alteração do Anexo I _ indicadores de desempenho.

Em 27 de fevereiro de 2025 foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2023, contemplando a atualização do apêndice IV – Teleinformática, conforme condições contratuais estabelecidas.

1.4. Garantia contratual – Poder Concedente

O contrato de concessão prevê o dever do Poder Concedente em oferecer garantia ao pagamento das obrigações pecuniárias por ele assumidas no contrato de concessão com recursos oriundos de direitos de crédito referentes às transferências de cotas-parte dos royalties pela produção de petróleo e gás natural ao Estado do Espírito Santo e de dividendos, juros sobre o capital próprio, amortizações, resgates e quaisquer outros valores distribuídos ao Estado do Espírito Santo em decorrência de sua condição de titular de ações ordinárias de emissão do BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo ("Garantia de Pagamento da Contraprestação Pública"). Os recursos oferecidos em garantia deveriam ter sido depositados em conta garantia a ser aberta e movimentada estritamente em consonância com as disposições contratuais. De acordo com o contrato de concessão, a Garantia de Pagamento da Contraprestação Pública deveria ter sido constituída no início do prazo da concessão, momento em que os recursos passariam a ser transferidos à conta garantia aberta com esta finalidade. Todavia, até a data de emissão dessas demonstrações financeiras do exercício correspondente, o Poder Concedente não havia criado uma conta garantia para tal finalidade, nem disponibilizado os recursos

devidos e nem mesmo assinado o instrumento particular de contrato de constituição de garantias e outras avenças, previsto como um anexo ao contrato de concessão, No ofício emitido em 23 de novembro de 2015, o Poder Concedente informou que está em fase final de estruturação do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, que será usado para suprir a obrigação contratual de Garantia de Pagamento da Contraprestação Pública.

Na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2019, o Poder Concedente informou que o Fundo Garantidor foi constituído e apto, com as devidas execuções dos tramites financeiros estando em condições de suprir a obrigação contratual da Garantia de Pagamento da Contraprestação Pública, quando finalizado o processo de reequilíbrio econômico-financeiro.

Com a assinatura do Termo Aditivo, ficou instituído na Clausula sétima que em 90 dias deverão as partes estabelecer as condições para substituição da "da garantia de pagamento da contraprestação pública", pelo fundo garantidor prevista na Lei Complementar nº 492, de 10 de agosto de 2009, e regulamentado pelos Decretos 4443 e 4444/2019.

Em 22 de junho de 2021 o Poder Concedente encaminhou a avaliação da Procuradoria Geral do Estado recomendando que a garantia de pagamento da contraprestação pública, através do Fundo Garantidor das Parcerias – PGP-ES, encontra-se pendente de autorização pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGP-ES, e manifestação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - BANDES, que deverá ser providenciado, e incluída em um novo termo aditivo, porém até o fechamento das demonstrações, não foram concluídas as ações por parte do Poder Concedente.

1.5. Garantia contratual – Companhia

Em 17 de dezembro de 2015, a Companhia renovou o Seguro de Execução Contratual, em favor do Poder Concedente, no valor assegurado de R\$ 16 montante que representou o equivalente a 1,8% do valor do contrato de concessão, em conformidade ao contrato, que prevê a redução do valor em 50% (cinquenta por cento) a partir do terceiro ano de execução do contrato.

Em 13 de junho de 2017 a Companhia renovou o Seguro de Execução Contratual, em favor do Poder Concedente, com o valor do prêmio líquido de R\$ 111 montante este que representou o equivalente aos percentuais vigentes, para uma apólice com vigência por 1 ano.

Em 13 de junho de 2018 a Companhia formulou proposta de renovação do Seguro de Execução Contratual, em favor do Poder Concedente no valor do prêmio líquido de R\$ 114, montante este que representou o equivalente aos percentuais vigentes, para uma apólice com vigência por 1 ano, e em 17 de junho de 2018, foi realizado a renovação do Seguro de Execução Contratual.

Em 18 de junho de 2019, foi renovado o Seguro de Execução Contratual, para vigência de 1 ano, no valor do prêmio líquido de R\$ 119.

Em 18 de junho de 2020, a Companhia renovou o Seguro de Execução Contratual para vigência de 1 ano, no valor do prêmio líquido de R\$ 94.

Em 17 de junho de 2021, a Companhia renovou o Seguro de Execução Contratual para vigência de 1 ano, no valor do prêmio líquido de R\$ 21.

Em 18 de junho de 2022, a Companhia renovou o Seguro de Execução Contratual para vigência de 1 ano, no valor do prêmio líquido de R\$ 21.

Em 25 de novembro de 2022, a Companhia renovou o Seguro de Execução Responsabilidade Civil para vigência de 18 meses, no valor do prêmio líquido de R\$ 1.

Em 21 de dezembro de 2022, a Companhia renovou o Seguro de Execução Empresarial para vigência de 1 ano, no valor do prêmio líquido de R\$ 6.

Em 19 de junho de 2023, a Companhia renovou o Seguro de Execução Garantia para vigência de 1 ano, no valor do prêmio líquido de R\$ 21.

Em 19 de junho de 2024, a Companhia renovou o Seguro de Execução Garantia para vigência de 1 ano, no valor do prêmio líquido de R\$ 22.

Em 25 de maio de 2025, a Companhia renovou o Seguro de Execução Garantia Patrimonial para vigência de 1 ano, no valor do prêmio líquido de R\$ 5.

Tendo em vista a proximidade do encerramento do contrato de concessão administrativa, a companhia efetivou a renovação do Seguro Execução Garantia junto a empresa Pottencial Seguradora S.A, em 19 de junho de 2025, com vigência até 23 de dezembro de 2025, no valor do prêmio líquido de R\$ 14.

Em 25 de novembro de 2025, a Companhia renovou o Seguro de Execução Garantia para vigência de 1 ano, no valor do prêmio líquido de R\$ 1.

Em 24 de dezembro de 2025, a Companhia renovou o Seguro de Execução Garantia para vigência de 1 ano, no valor do prêmio líquido de R\$ 30.

2. Base para preparação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Base de mensuração e elaboração

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor teórico das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é descrito a seguir.

2.3. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos

de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Companhia. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticas, referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

2.3.1. Provisão para manutenção

A estimativa é reconhecida com base na melhor expectativa de gastos a serem incorridos na primeira intervenção dos ativos financeiros, aplicando-se uma taxa de desconto definida pela Administração da Companhia e reconhecida de forma progressiva e linear a partir do início das operações.

2.4. Contabilização de contratos de concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

2.5. Determinação das receitas de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida

no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

2.6. Momento de reconhecimento do ativo financeiro

O ativo financeiro é registrado pelo seu valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após o início das operações, o ativo financeiro passará a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão.

A autorização pela Diretoria para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu em 8 de abril de 2026.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

3.1. Instrumentos financeiros ativos

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

b) Ativo financeiro da concessão

A Companhia reconheceu um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.5 e nº 7. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas. É medido subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os encargos financeiros cumulativos sobre esse valor calculado, utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações. A segregação do saldo entre o ativo circulante e não circulante é registrada com base no cronograma de recebimento determinado em contrato.

c) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo ativos mensurados a valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O CPC 48 determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes anteriormente de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. O Grupo interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo as contas a receber como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48, pois pretende manter o ativo até o vencimento para receberem o fluxo de caixa

contratuais e esse fluxo de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

A nova norma substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. A Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e o gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Os custos de transação são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreendem caixa e equivalentes de caixa.

d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.2. Instrumentos financeiros passivos

a) Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do

instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

Os passivos financeiros não derivativos são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamento, fornecedores e outras contas a pagar.

3.3. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável ajustado pela legislação vigente. A alíquota do imposto de renda é 15%, mais um adicional à alíquota de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$240 mil. A contribuição social sobre a base tributável é calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, e, quando existe segurança suficiente sobre sua realização e as condições exigidas pelas práticas contábeis aplicáveis são atendidas.

3.5. Reconhecimento das receitas

A Companhia adota o normativo NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente (CPC 47 / IFRS 15), que dita os princípios em que uma entidade aplica para determinar a mensuração da receita, como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos:

- (1) Identificação dos contratos com os clientes;
- (2) Identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos;
- (3) Determinação do preço da transação;
- (4) Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e
- (5) Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

As obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos serviços executados não são complexas, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao beneficiário.

A mensuração e registro das receitas atenderam esses preceitos, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

3.6. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e a remuneração do ativo financeiro, já as despesas, com arrendamento mercantil, que são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixas e bancos	9	74
Aplicações financeiras (a)	15.305	9.971
Total	<u>15.314</u>	<u>10.045</u>

(a) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras de curto prazo estão demonstradas pelos valores originais aplicados. Corresponde aos saldos as aplicações referentes ao Banco Banestes Liquidez FIC Renda Fixa.

5. Contas a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Poder Concedente (a)	1.502	1.730
Outros	25	25
Total	<u>1.527</u>	<u>1.755</u>

(a) Representa valores a receber do Poder Concedente - SEGER referentes à prestação de serviços ao público na unidade fixa de Cariacica em funcionamento desde novembro de 2014. O prazo médio das contas a receber é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não havia saldos vencidos registrados nas contas a receber e não existem saldos de contas a receber dados em garantia.

Em 30 de setembro de 2020 a Concessionária efetuou registro de valores a receber oriundo de diferenças de VPA (valor por atendimento) não reajustadas. O montante registrado de R\$ 17.895 Mil reflete somente o valor principal das diferenças de VPA de dezembro de 2015 a setembro de 2020, conforme explícito no item

1.2 - *Contraprestação pública.* O valor atualizado até 06 de junho de 2023 era de R\$ 29.089 mil, tendo sido recebido nessa data o montante de R\$ 26.222 mil a título de precatório, permanecendo o valor de R\$ 2.867 mil a receber cujo a administração chegou a conclusão junto com seus assessores jurídicos de que as chances são remotas de recebimento do valor.

Foram também registrados no passivo valores de impostos diferidos corresponde ao valor a receber registrado. O VPA foi ajustado em janeiro de 2025.

Em 2025, não há saldo remanescente a receber, conforme quadro abaixo:

Ano	Precatórios a Receber
2015	141
2016	1.952
2017	3.462
2018	4.226
2019	4.456
2020	3.658
2022	10.643
2023	551
2023	(29.089)
Total	-

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo negativo de IRPJ 2024 (a)	41	1.415
Saldo negativo de CSLL 2024 (a)	332	344
Saldo negativo de CSLL 2025 (b)	381	-
Total	<u>754</u>	<u>1.759</u>

- (a) Refere-se ao saldo antecipado de IRPJ e CSLL pagos ao fisco durante o período de 2024, portanto é um valor a recuperar. A Companhia está se compensando dos valores no pagamento do Pis, Cofins e INSS.
- (b) Refere-se ao saldo antecipado de IRPJ e CSLL pagos ao fisco durante o período de 2025, portanto é um valor a recuperar durante o período de 2026.

7. Ativo financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo de investimento	5.873	4.086
Receita financeira (a)	2.837	2.651
(-) Amortização	(5.070)	(3.181)
Total	<u>3.640</u>	<u>3.556</u>

(a). A receita financeira é representada pelos encargos financeiros ajustados a valor presente.

Os ativos financeiros da concessão são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável. Esse item refere-se a movimentação de encargos ajustada a valor presente, calculada sobre os bens da empresa, de acordo com o IPCA, disponibilizado mensalmente pelo IBGE.

A movimentação está demonstrada conforme segue:

	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Encargos de Ativo	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2025
Ativo financeiro	3.556	1.787	186	(1.889)	3.640
Total	3.556	1.787	186	(1.889)	3.640

- a) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou o *impairment* no montante de R\$ 3.148 referente aos gastos que já haviam sido realizados para a construção da unidade de Cachoeiro do Itapemirim, cuja construção foi cancelada conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. O ativo financeiro oriundo da remuneração pela prestação de serviço de construção, possui expectativa de recebimento mensal a ser liquidado pelo Poder Concedente. A expectativa de recebimento é estimada pelo faturamento anual, baseada na demanda mínima prevista no Edital de Concorrência Pública nº 001/2013, sendo apresentada segregada entre o curto e longo prazo, a Administração da Companhia espera realizar a totalidade do saldo até o fim da concessão.

Em 2021 a Concessionária acordou e recebeu do Poder Concedente valores relativos a "Reequilíbrio Econômico". O montante recebido no 1º trimestre de 2021 visa suprir e reembolsar a Concessionária dos gastos efetuados com as unidades, as quais, o Poder Concedente não permitiu a abertura e início de atendimento ao cidadão. Desta forma, as unidades de Colatina, Serra, Cachoeiro de Itapemirim e Unidades Móveis, foram descontinuadas por completo. Ao receber os valores do Reequilíbrio Econômico, a Concessionária transferiu os bens e imóveis das referidas unidades para o Poder Concedente, permanecendo apenas o Escritório Central e a Unidade de Cariacica. Devido a isto, foram feitas baixas proporcionais de custos e amortizações dos bens e imóveis registrados na contabilidade das unidades descritas.

8. Partes Relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Socicam Adm. Projetos e Representações Ltda.	1.331	1.820
3P Brasil Consult. E Proj. e Participações Ltda.	2.150	2.939
Empresa Tejofran de Saneamento e Serviço	1.330	1.819
TB Serviços	1.331	1.820
Total	6.142	8.398

O saldo de partes relacionadas refere-se a antecipações feitas aos sócios. Esses valores serão abatidos gradualmente através de redução de Capital Social.

9. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	672	174
Total	672	174

10. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados	211	186
Provisão de férias e 13º salário	685	605
INSS a recolher	48	45
IRRF sobre folha de pagamento	53	35
FGTS a recolher	49	48
Quitações e rescisões	6	-
Total	1.052	919

11. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS	32	23
COFINS	148	106
IRPJ	-	118
CSLL	-	51
IRPJ sobre precatórios (a)	9.818	8.874
CSLL sobre precatórios (a)	3.535	3.193
ISSQN	87	82
IRRF terceiros	1	2
PIS, COFINS e CSLL retidos	5	8
INSS retido de terceiros	11	8
ISSQN retido de terceiros	5	4
Provisão PIS	25	28
Provisão COFINS	114	131
Provisão ISS	77	86
Total	<u>13.858</u>	<u>12.714</u>

(a) A Companhia provisionou IRPJ e CSLL sobre o recebimento de precatórios que ocorreu em 06/2023. O valor respectivamente é de R\$ 9.818 e R\$ 3.535 a recolher, já considerando multas e juros.

12. Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, ao longo do período de vigência do contrato de exploração da infraestrutura para prestação do serviço objeto do contrato de concessão. O valor constituído da provisão em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 780. A Administração da Companhia iniciou as manutenções em janeiro de 2024.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão despesas de manutenção	780	726
Total	<u>780</u>	<u>726</u>

12.1. Rescisões Contratuais e Concessões

A provisão de rescisões contratuais e concessões foi constituída em 30 de junho de 2023 como uma estimativa de gastos com o desligamento dos colaboradores, considerando o término do contrato de concessão em 23 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, houve atualização do valor, de acordo com a melhor estimativa da Companhia.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Rescisões contratuais e concessões	2.647	2.647
Total	<u>2.647</u>	<u>2.647</u>

13. Impostos diferidos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS diferido	18	17
COFINS diferido	113	105
IRPJ diferido	704	657
CSLL diferido	254	237
Total dos impostos diferidos	<u>1.089</u>	<u>1.016</u>

Os valores apresentados de impostos diferidos são oriundos de cálculos apurados com base na receita financeira contabilizada sobre o investimento, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.

Impostos Diferidos s/ Receitas Financeiras

Base Receitas Financeiras	2.818
PIS s/ Receita Financeira 0,65%	18
COFINS s/ Receita Financeira 4%	113
IRPJ 25%	704
CSLL 9%	254
Total dos impostos diferidos	<u>1.089</u>

14. Provisão para demandas judiciais

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Os períodos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 não possuem processos contenciosos de perda provável, que requeiram registro contábil. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui processos classificados com risco de perda "possível" no montante de R\$ 445 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

15. Capital social

O Capital Social é de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), representado por 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias (R\$ 6.000.000 em 2025).

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

16. Reservas de lucros e distribuição de dividendos

a) Reservas legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o Art. 193 da Lei 6.404/76, aplicado 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas. Essa reserva tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

b) Retenção de lucros

Corresponde ao remanescente de lucro, visando, principalmente, atender aos investimentos e ao reforço do capital circulante.

c) Dividendos

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existirem, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. No exercício de 2025 foram distribuídos R\$ 2.255 mil.

17. Receitas

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços	22.737	20.683
Outras receitas operacionais	253	248
Provisão de serviços	(228)	(173)
(-) PIS/COFINS	(2.148)	(1.952)
(-) ISSQN	(1.137)	(1.034)
(-) Provisão PIS/COFINS	21	16
(-) Provisão ISSQN	11	9
(-) Impostos Diferidos	(8)	(9)
Total	19.501	17.788

18. Custos e despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(10.516)	(9.464)
Amortização ativo financeiro	(1.889)	(904)
Seguros	(23)	(27)
Serviços profissionais	(1.701)	(1.676)
Despesas com manutenção	(209)	(295)
Viagens e representações	(52)	(51)
Material de expediente e escritório	(158)	(186)
Serviços públicos	(878)	(911)
Outros gastos	(219)	(2.351)
Total	(15.645)	(15.865)

(a) Refere-se aos serviços tomados de terceiros pela Companhia para a manutenção das atividades.

18.1. Gerais e Administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Anúncios e Publicidade	(10)	(5)
Total	(10)	(5)

18.2. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação de despesas	-	57
Reversão de tributos diferidos	-	895
Outras Receitas	-	15
Total	-	967

19. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas bancárias	(4)	(4)
IOF	(13)	(7)
Juros e correções	(2)	(2)
Despesas ajuste a valor presente	(5)	(4.921)
Outras despesas financeiras (i)	(2.061)	(1)
Despesas financeiras:	(2.085)	(4.935)
Outras Receitas Financeiras (ii)	1.741	1.294
Receitas ajuste a valor presente	191	194
Pis e Cofins s/ Receitas Financeiras	(81)	-
Receitas Financeiras	1.851	1.488
Total resultado financeiro	(234)	(3.447)
Total resultado financeiro	(234)	(3.447)

(i) Foi concedido um desconto de R\$ 800 junto ao Estado do Espírito Santo referente ao reequilíbrio contratual, devido a utilização de benefícios do Governo Federal no período pandêmico, conforme ofício SEGER nº126/2024. Além disso, houve atualização dos juros de IRPJ e CSLL sobre precatórios totalizando R\$ 1.284.

(ii) As receitas financeiras refletem os ganhos obtidos pela Companhia a partir das suas atividades financeiras. A Companhia possui receitas oriundas de aplicações financeiras no valor de R\$ 1.589 junto ao Banco Banestes no período.

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social - correntes

A reconciliação entre a alíquota efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	3.612	(562)
(+) Adições	1.176	2.725
(-) Exclusões	(915)	(1.825)
(=) Lucro real	3.873	338
Lucro Real Final		
Alíquota vigente	34%	34%
IRPJ (25%)	(944)	(61)
CSLL (9%)	(349)	(30)
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no	(1.293)	(91)

b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

A constituição do IRPJ e CSLL diferidos no valor de R\$ 47 e R\$ 17 respectivamente totalizando R\$ 64 refere-se ao diferimento da receita de dezembro/25 com o Poder Concedente.

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ diferido	(47)	(49)
CSLL diferido	(17)	(17)
	(64)	(66)

A Companhia provisionou o IRPJ e a CSLL, com base nos encargos de ativos financeiros.

21. Resultado por ação

As tabelas a seguir reconciliam o resultado líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do resultado líquido básico e diluído por ação.

Básico	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido	2.255	(719)
Número médio de ações (em milhares)	6.000	6.000
Lucro líquido por ação – 3P Brasil	0,132	(0,042)
Lucro líquido por ação – Socicam	0,081	(0,026)
Lucro líquido por ação – Tejofran	0,081	(0,026)
Lucro líquido por ação – TB Serviços	0,081	(0,026)
Lucro líquido por ação - básico e diluído	0,376	(0,120)

Não há diferença entre o resultado básico e diluído por ação por não ter havido instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

22. Instrumentos financeiros

22.1. Considerações gerais

A Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores. O valor desses instrumentos, reconhecidos no balanço patrimonial naquela data, aproxima-se do valor de mercado, mediante comparação das taxas de juros de mercado em operações similares na data. Não existem outros instrumentos financeiros na referida data-base que requeiram divulgação específica.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadro a seguir:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e banco	4	9	74
Aplicações financeiras	4	15.305	9.971
Contas a receber	5	1.527	1.755
Fornecedores	9	672	174

22.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das obrigações e do patrimônio.

22.3. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, representam o valor justo ou o custo amortizado para os arrendamentos mercantis, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente. A Companhia não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

23. Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Seguros patrimoniais	3	3
Seguros garantia	6	9
Total	<u>9</u>	<u>12</u>

Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros são resumidas conforme a seguir:

Modalidade de seguro	Riscos cobertos	Vencimento	Limites de indenização
Seguro Patrimonial	Garantia patrimonial	25/05/26	11.865
Seguro Patrimonial	Garantia patrimonial	25/11/26	1.500
Seguro Garantia	Construção, Fornecimento ou Prestação de serviços	23/11/26	6.866

No contrato de concessão assinado entre Companhia e Poder concedente está previsto a contratação obrigatória de seguro para cobertura do valor total de seu ativo financeiro e de responsabilidade civil.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

*** * * * **



Concessionária Faça Fácil Cidadão S.A.

Eurípedes Ferreira Brasil Júnior
Diretor

Elias José Antonio Izar
Diretor

Eduardo Buzam Júnior
Contador
1SP243887/O-3